

O OLHAR INCLUSIVO: ACESSIBILIDADE DIGITAL INTERASSISTENCIAL

The inclusive look: Interassistencial Digital Accessibility

Cláudia Adele Cardoso de Almeida, Fabiana Cerato,
Fabiane Cattai da Silva e Regina Maria Krupka.

RESUMO: O olhar inclusivo é o ato de contemplar atentamente para poder acolher, é uma pausa para refletir sobre o que seria, naquele momento ou contexto, o melhor. Com esta intenção, as autoras registram as experiências adquiridas no projeto de Acessibilidade Digital Interassistencial, ferramental de suma importância neste processo, que, sob a ótica da Reeducaciologia, busca ampliar multidimensionalmente os efeitos da interassistência à todas consciências inclusive as que possuem limitações físicas, sensoriais ou psicológicas, oportunizando o acesso digital aos conteúdos conscienciológicos.

Palavras-chave: Acessibilidade, interassistencialidade, reeducaciologia, inclusão.

ABSTRACT: The inclusive look is the act of contemplating carefully in order to welcome, it is a pause to reflect on what would be, at that moment or context, the best. With this intention, the authors record the experiences acquired in the Interassistencial Digital Accessibility project, a very important tool in this process, which, from the perspective of Reeducaciology, seeks to expand multidimensionally the effects of interassistance to all consciousnesses, including those with physical, sensorial or psychological limitations, providing digital access to conscientiological contents.

Keywords: Accessibility, interassistenciality, reeducaciology, inclusion.

I. INTRODUÇÃO

Motivação. A motivação para a escrita deste artigo veio da necessidade de registrar, divulgar e esclarecer a importância da adequação nas condutas assistenciais em relação à elaboração de conteúdos acessíveis digitalmente.

Acessibilidade Digital Interassistencial. Perceber, identificar e acolher consciências com limitações, sejam elas físicas, intelectuais, sensoriais e ou psicológicas, visando diminuir ou eliminar possíveis barreiras, oportunizando acesso tecnológico aos conteúdos digitais.

Intenção. A intenção é reduzir possíveis barreiras tecnológicas que impeçam o acesso aos conteúdos conscienciológicos disponibilizados nos meios digitais das ICs (Instituições Conscienciocêntricas), criando uma Cultura de Acessibilidade passível de ampliar o acesso às informações cosmoéticas. *Todos ganham com a acessibilidade.*

II. PARADIGMAS DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Paradigmas. Pessoas com deficiência vem sendo excluídas de diversos lugares como o trabalho, escola, cultura, transportes, dentre outros por falta de preparo e informação da nossa sociedade. Para explanar sobre esse tema, descreveremos 4 (quatro) paradigmas, modelos de percepção da realidade, que demonstram fatores históricos da consciência com deficiência, segundo Sasaki (2010):

1. Paradigma da exclusão. Caracterizado como modelo da rejeição social, ocorreu desde a antiguidade até o século 19. Indivíduos nascidos com alguma deficiência, ou que a adquiriram depois do nascimento, eram excluídos do convívio social ou rejeitados pela sociedade. Durante boa parte da idade moderna, as pessoas com deficiência foram consideradas sem valor. Vem dessa concepção o nome “inválido”. O isolamento foi uma prática comum reservada a esse público.

2. Paradigma da segregação. Caracterizado como modelo de assistencialismo, ocorreu durante as décadas de 10 a 40 do século XX. Aproximadamente a partir da década de 1910, houve a criação de espaços chamados de instituições “oficiais”, particulares ou estatais, onde as consciências com deficiência podiam ser internadas. Diferente da exclusão, o modelo social do paradigma da segregação era o assistencialismo, entendido aqui como a prática de prestar assistência e dar auxílio. A assistência recebida era incipiente e, algumas vezes, precária.

3. Paradigma da integração. Caracterizado pelo modelo médico da deficiência, ocorreu durante as décadas de 50 a 80 do século XX. A medicina era vista como a prática de curar doenças que acometiam organismo. Esse modelo foi adotado para lidar com a deficiência. Como se o indivíduo “acometido” pela deficiência, precisasse de tratamento, cura ou resolução do seu “problema”, para reduzir os efeitos da deficiência, para reabilitar, ou seja, tornar a pessoa mais hábil, adequada, à vida em sociedade. As pessoas com deficiência eram atendidas em centros de reabilitação.

4. Paradigma da inclusão. Caracterizado pelo modelo social da deficiência, iniciou na década de 90 do século XX e vigora até o presente. Ao contrário do modelo médico, o modelo social não aborda a deficiência como uma característica negativa. A pessoa com deficiência não é entendida com menor valor em comparação com a pessoa sem deficiência. Sob o paradigma da inclusão, entende-se que o problema da exclusão está na sociedade, e não na pessoa com deficiência. A deficiência passa a ser entendida não como uma característica da consciência, mas como resultante da relação entre suas características pessoais e o ambiente em que ela se encontra, trabalha, estuda, vive. As dificuldades que as consciências com deficiência podem enfrentar são fruto da relação entre suas limitações e as barreiras existentes no seu ambiente.

Comparativo. Nesta perspectiva, foi organizada a tabela 1, a qual apresenta o cotejo entre o modelo médico e o modelo social da deficiência.

MODELO MÉDICO DA DEFICIÊNCIA	MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA
Consertar a consciência com deficiência.	Consertar o sistema educacional comum/ trabalho.
Foco na deficiência e nas limitações das consciências.	Foco nas habilidades e capacidades das consciências.
Ajustamento da consciência ao padrão de normalidade.	Aceitação das diferenças individuais.
A consciência deve superar sua deficiência para ser aceita no ambiente	O ambiente precisa ser modificado para acolher a consciência.
Incentivo à dependência.	Incentivo à independência e à autonomia.
Desvalorização dos saberes prévios das consciências e seus familiares.	Valorização dos saberes prévios das consciências e seus familiares.
Decisões sem consultar consciência.	Decisões com consulta à consciência.
Serviços de instituições filantrópicas	Serviços de sistemas comuns da sociedade.
Práticas dos paradigmas da exclusão, segregação e integração.	Esforço para implantar práticas do paradigma da inclusão.

Tabela 1: Comparativo entre o modelo médico e o modelo social da deficiência.

Fonte: Sassaki, 2010.

III. TERMINOLOGIA

Temática. “Deficiência” é historicamente carregada por preconceitos, estigmas e estereótipos; por isso é importante usarmos termos que quebrem essas barreiras atitudinais e comunicacionais.

Exemplificação. Eis tabela 2 com 07 itens para exemplificação.

N ^{os}	TERMO INCORRETO	TERMO CORRETO
1.	Deficiente físico.	Pessoa com Deficiência.
2.	Doente mental.	Pessoa com deficiência intelectual.
3.	Linguagem de sinais.	Língua de sinais.
4.	Mongoloide; mongol.	Pessoa com síndrome de Down; pessoa com deficiência intelectual
5.	Pessoa normal	Pessoa sem deficiência
6.	Pessoa surda-muda	Pessoa surda
7.	Portador de deficiência	Pessoa com deficiência

Tabela 2 – Termos “pessoa com deficiência”

Fonte: Sassaki, 2010.

Princípios. Eis os 3 princípios básicos que nortearam o termo “pessoas com deficiência”:

1. Não esconder ou camuflar a deficiência;
2. Não aceitar o consolo da falsa ideia de que todo mundo tem deficiência;
3. Mostrar com dignidade a realidade da deficiência.

IV. O OLHAR INCLUSIVO

Inclusão. Conviver é um aprendizado constante, é o ato de contemplar e observar atentamente, acolhendo de modo fraterno e predispondo-se a identificar a necessidade do outro eliminando os apriorismos para efetiva assistência. Para que isto ocorra utilizamos ajudas técnicas denominadas de tecnologia assistiva.

Tecnologia Assistiva. “Tecnologia assistiva ou ajuda técnica corresponde a produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”.

Fonte: CAT -Comitê de Ajudas Técnicas, 2006

Brasil. A Lei Brasileira nº 13.146, de 06 de julho de 2015 a qual institui a Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) define tecnologia assistiva ou ajuda técnica como: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. A própria tecnologia assistiva se encarrega de ajudar as consciências com deficiência a utilizar o meio digital da forma que lhes for possível, considerando suas necessidades e aproveitando suas habilidades.

Tecnologia. Alguns meios tecnológicos possibilitam as pessoas com deficiência usufruírem de meios digitais. A seguir, em ordem alfabética, 7 exemplos de recursos da tecnologia assistiva:

1. **Baixa Visão:** ampliação de tela e alto contraste para pessoas com baixa visão;
2. **Cego:** leitores de tela para pessoas cegas;
3. **Dificuldade de aprendizagem:** ferramentas de formatações acessíveis;
4. **Física:** mouses e teclados adaptados para pessoas com deficiência física;
5. **Intelectual:** linguagem simples para pessoas com deficiência intelectual;
6. **Surdo:** tradutores de Língua Portuguesa para Libras para pessoas surdas;
7. **Surdocego:** teclado com linha em braile para pessoas que não veem e não escutam.

V. DIRETRIZES DO PROJETO ACESSIBILIDADE DIGITAL

Barreiras. Pensando em soluções de quebras de barreiras de acesso, propomos, inicialmente, no gráfico 1, seis eixos para trabalharmos nas diretrizes da acessibilidade digital interassistencial.

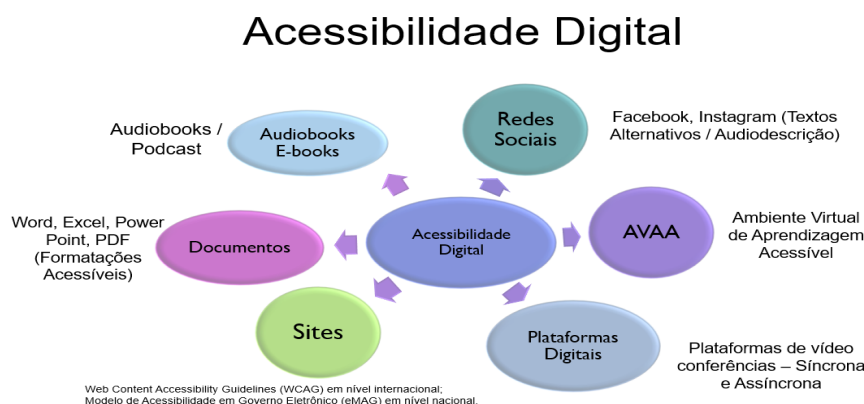


Gráfico 1. Eixos das diretrizes da acessibilidade digital interassistencial.

Fonte: Autoras

Descrição da imagem dos eixos das diretrizes. Diagrama em fundo branco de 6 elipses em diferentes cores e tamanhos conectadas por setas centrípetas à elipse central que contém a expressão “Acessibilidade Digital”. Nas elipses externas no sentido horário, temos as seguintes expressões: “Redes Sociais (Facebook, Instagram (Textos Alternativos/ Audiodescrição)); AVAA (Ambiente Virtual de Aprendizagem Acessível); Plataformas Digitais (plataforma de vídeo conferências - síncrona e assíncrona); Sites (*web content accessibility guidelines* WCAG em nível internacional, Modelo de Acessibilidade em Governo eletrônico eMAG em nível nacional); Documentos (Word, Excel, Power point, PDF - formatações acessíveis); *Audiobooks, E-books (audiobooks / podcast)*.

Redes sociais. Inserir descrições de imagens em posts de divulgação de cursos, informações institucionais, mensagens, entre outros; elaborar posts com textos acessíveis; inserir legendas e audiodescrição em vídeos e *lives*; inserir nos vídeos tradução em Libras e outras línguas.

Ambiente virtual de aprendizagem. Incluir na plataforma de aprendizado nos cursos conscienciológicos – material didático em apresentação e documentos acessíveis seguindo as diretrizes de acessibilidade WCAG (guia de acessibilidade digital), criação de *quizzes* acessíveis.

É importante que a estruturação da plataforma de aprendizado esteja com bom contraste e as imagens com texto alternativo.

Plataformas digitais. Tradutor em Libras e outros idiomas; uso de slides seguindo as diretrizes de acessibilidade WCAG (guia de acessibilidade digital); verificar se as perguntas enviadas pela plataforma de videoconferência são acessíveis para leitores de tela.

Sites. Elaboração do site seguindo o documento WCAG (guia de acessibilidade digital);

Documentos. Verificar todos os documentos de texto, planilhas e apresentações se seguem as recomendações do guia WCAG.

Audiobooks. Elaboração de *Ebook* para *audiobook*.

VI. RECOMENDAÇÕES GERAIS - ACESSIBILIDADE DIGITAL

Diretrizes. Eis a seguir algumas diretrizes de acessibilidade digital segundo WCAG 2.1 - Web Content Accessibility Guidelines:

1. Oferecer descrição para as imagens que transmitem conteúdo;
2. Disponibilizar meios que facilitem a navegação pelo teclado;
3. Utilizar cores com uma boa relação de contraste (por exemplo: fundo branco com fonte preta, fundo preto com fonte amarela);
4. Dar preferência a fontes sem serifa (mais limpas, por exemplo: Arial, Tahoma) e não com serifa (por exemplo: Courier, Georgia) pois dificulta a leitura;
5. Utilizar cada elemento para o seu propósito (itens de lista para listas, estilos de título para títulos, tabelas para dados tabulares, etc.);
6. Oferecer alternativas para áudio e vídeo (legenda, transcrição textual, Libras, etc.).

VII. HISTÓRICO DA ACESSIBILIDADE DIGITAL NA CCCI

Início. A ideia em criar produtos digitais acessíveis surgiu da iniciativa de alguns voluntários que viram a importância da implementação da acessibilidade na Conscienciologia. A partir daí, o holopensene de inclusão foi consolidando-se através da adesão de voluntários de diversas Instituições Conscienciocêntricas dando início ao “Projeto Acessibilidade Digital Interassistencial”.

Projeto. O Projeto foi oficializado em julho de 2020 pela CIT – Comissão Interassistencial Tecnológica (Unicin) e desde então vem desenvolvendo os seguintes trabalhos:

1. Conscienciologia em Libras – Reaprendentia: gravação dos vídeos das Pílulas de Lucidez na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
2. Livro Acessível “O que é a Conscienciologia” – Editares: melhoria do confor possibilitando o uso de leitores de telas.
3. Apostilas Cursos Fundamentos de Conscienciologia Acessíveis – Reaprendentia: melhoria do confor nas apostilas para facilitar a leitura de tela.
4. Banco de Imagens Acessíveis - Reaprendentia: descrição das imagens, símbolos e desenhos em textos.
5. Banco de Vídeos Acessíveis: complementação do áudio dos vídeos com a inclusão da descrição de alguns detalhes de movimento e contexto (audiodescrição).
6. Redes Sociais Acessíveis - Juriscons / Editares: descrição das imagens postadas e inserção de legendas.

7. Transcrições de textos dos vídeos do Youtube – CIT: melhoria dos conteúdos de textos para inserir legendas legíveis.

8. Site teste com avatar em Libras – Unicin: tradução dos textos do site em Libras.

Visibilidade. Todo o trabalho realizado como manuais de orientações, *workshops*, histórico do projeto estão sendo armazenados na plataforma da Intranet para acesso a todos os voluntários das Instituições Conscienciocêntricas interessadas.

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oportunidade. O olhar inclusivo nos ensina a enxergar pessoas como pessoas, trazendo importante oportunidade reeducaciológica para todos os envolvidos.

Humanização. Incluir é compreender, acolher, abranger e aprimorar o olhar humano bem além das normas e tradições sociais.

Assistencialidade. A acessibilidade digital se torna uma importante ferramenta assistencial quando enxergamos além do básico do dia a dia.

Acessibilidade. O artigo abordou experiências, aprendizados e esclarecimentos grupais, sobre a importância das práticas tecnológicas inclusivas realizadas no projeto “Acessibilidade Digital Interassistencial”, demonstrando as ações já realizadas e ainda em elaboração, com vistas ao acesso a conteúdos acessíveis.

Abertismo. A elaboração de conteúdos digitalmente acessíveis nos ajudou a quebrar barreiras e rotinas. É mais fácil realizar ações já conhecidas, porém ao pensar em acessibilidade digital saímos de nós mesmos para experienciar outros modos de “ver” a vida. “Há muito para conhecermos”, que tal apostar em olhares inclusivos?

IX. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. VIEIRA, Waldo; **Homo sapiens reurbanisatus**; 1.584 p.; 479 caps.; 139 abrevs.; 597 enus.; 413 estrangeirismos; 102 filmes; 40 ilus.; 7 índices; 3 infografias; 102 sinopses; 25 tabs.; glos. 241 termos; 7.665 refs.; alf.; geo.; ono.; 29 x 21 x 7 cm; enc.; 3a Edição Gratuita; Associação Internacional do Centro de Altos Estudos da Conscienciolgia (CEAEC); & Associação Internacional Editares; Foz do Iguaçu, PR; 2004; página 491, 492, 493, 494.
2. SASSAKI, Romeu Kazumi; **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. 8.ed., Rio de Janeiro: WVA, 2010; páginas 57-91.
3. SASSAKI; Romeu Kazumi; **Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão** – Parte 2. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 58, set./out. 2007, p.20-30. P

X. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. **Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência), LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015; disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 18 de agosto de 2021.
2. **Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.1**; <w3.org/TR/WCAG21/>. Acessado em 18 de agosto de 2021.

3. **Modelo de Acessibilidade**, eMag, Acessibilidade Digital, Inclusão Digital; disponível em: < <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-digital/modelo-de-acessibilidade>>. Acessado em 18 de agosto de 2021.
4. **Cat – Portaria nº 142, de 16 de novembro de 2006**; disponível em: < <https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acessado em 13 de agosto de 2021.

Cláudia Adele Cardoso de Almeida, graduada em engenharia química, professora de inglês. Voluntária da Conscienciologia desde 2009 e da Reaprendentia desde 2017, professora de Conscienciologia desde 2017, integrante do Colégio Invisível da Tenepessologia, tenepessista. E-mail: claudiaadele@rocketmail.com.

Fabiana Cerato, arquiteta e urbanista, empresária, especialista em Projeto e Construção, e Psicologia positiva e Coaching, consultora em arquitetura e bem estar, interprete de inglês e espanhol, pesquisadora do cérebro e da cognição humana. Voluntaria da Reaprendentia desde 2019, docente de conscienciologia desde 1997, tenepessista desde 2004, verbetógrafa. E-mail: fabiana.cerato1@gmail.com.

Fabiane Cattai da Silva, formada em Ciências da Computação, especialista em Educação da Pessoa com Deficiência. Voluntária da Reaprendentia e CIT (Comissão Interassistencial Tecnológica) – UNICIN desde 2019. Docente de Conscienciologia desde 2020 e tenepessista desde set/2018. E-mail: fabiane.cattai@gmail.com.

Regina Maria Krupka, licenciatura em Matemática, Analista de Sistemas e Processos, pós graduada em Gestão Hoteleira. Voluntária da Conscienciologia em 2014 na OIC, desde fev/2015 na Ectolab e na Reaprendentia desde mar/2017. Colégio Invisível da Pararreurbanologia desde nov/2020. Docente de Conscienciologia desde 2015 e tenepessista desde out/2016. E-mail: reginakrupka@gmail.com.